

“INTÉRPRETE DO IRREAL”: A (RE)INVENÇÃO DO SABER FOLCLÓRICO
POR VERÍSSIMO DE MELO (1948-1975)

Ewerton Wirley Silva Barros¹
Mestrando em História (UFPE)
E-mail: ewertonwirley@gmail.com

Resumo:

Nos diálogos travados em torno das Ciências Humanas, precisamente com a chegada do projeto das Ciências Sociais no Brasil, no início do século XX, intelectuais participantes das discussões em torno da cientificidade do Folclore passaram a pleitear um lugar nas universidades. Veríssimo de Melo (1921-1996) foi um desses atores que, ao circular em redes de intelectuais e traçar diálogos com outros campos de saberes, possibilitou reflexões nos mecanismos de institucionalização científica pretendidos. Este trabalho, assim sendo, ambiciona problematizar na teia de complexidade que fundamenta a elaboração do saber folclórico, como Veríssimo (re)significa-o, fomentando continuidades e descontinuidades. As nossas principais fontes são periódicas, epistolares e bibliográficas, respectivamente, oriundas da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (HDBN), do Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP) e do Instituto Câmara Cascudo (ICC). Em termos teóricos, trabalhamos com os conceitos de *cultura*, *intelectual*, *redes de sociabilidades*, *campo/ instituição*, *disciplina* e *relações de saber e poder*, respectivamente, delineados por Wagner, Sirinelli, Bourdieu e Foucault, e operacionalizados por meio da metodologia da *análise de discurso* deste último.

Palavras-chave: Teoria da História; História dos Intelectuais; Movimento Folclórico Brasileiro.

Considerações iniciais

O presente artigo faz parte do nosso projeto de mestrado, cujo título recebe o mesmo deste, do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco (PPGH/UFPE). Em nossa pesquisa, temos como objetivo central a problematização da (re)invenção do saber folclórico e o seu processo de institucionalização científica na esfera acadêmica brasileira por meio de uma reflexão da contribuição do intelectual norte-rio-grandense Veríssimo de Melo nos anos de 1948-1975. Interessa-nos apreender, na teia de complexidade que fundamenta a elaboração do

¹ Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), sob orientação do Prof. Dr. Durval Muniz de Albuquerque Júnior (UFPE/UFRN).

saber folclórico, sobretudo no que diz respeito à sua fabricação teórico-metodológica, como Veríssimo (re)significa-o, fomentando continuidades e discontinuidades.

Nos diálogos travados em torno das Ciências Humanas, precisamente com a chegada do projeto das Ciências Sociais no Brasil, no início do século XX, sob a égide do método científico dito positivista, intelectuais participantes das discussões em torno da cientificidade da Antropologia, Sociologia e Folclore, passaram a pleitear lugares nas universidades. Estas, por sua vez, emergiram como *espaços* onde os saberes outrora também discutidos em ambientes externos, passaram a se entrecruzarem e, conseqüentemente, serem produzidos; ou seja, como lugares de institucionalização de saberes, práticas e ofícios.

No que diz respeito aos intelectuais do saber folclórico, a maioria eram pertencentes à classe dominante, no sentido de ser detentores não somente do poder político e econômico em seu meio, mas também de privilégios obtidos pela posse de capital cultural (BOURDIEU, 2004a, p. 175), isto é, na intervenção/mediação da escrituração de práticas e costumes do povo. Todavia, o poder político-econômico que exerciam estava em declínio e, segundo Albuquerque Júnior (2013a, p. 51), eles pareciam temer em também não obterem um espaço no mundo das letras. A ascensão da modernidade ao lado de um presente industrial causara-lhes aversão, pois em seus olhares, a cultura estaria ameaçada. Então, eles recorreram às universidades – espaço que outrora já tinham percorrido e obtido formação superior, como por exemplo, o Bacharel em Direito –, e com o paradigma dito positivista que presidia na época, acreditavam na possibilidade de ser um dos grupos que levariam o esclarecimento científico ao povo (ORTIZ, s/d, p. 30) e, assim, salvaguardar a sua cultura.

Para atingirem tais objetivos, os diálogos entre si foram estreitando-se, e o saber folclórico foi *movimentado* na intelectualidade brasileira, sobretudo a partir dos anos 1940. Essa *movimentação* foi utilizada como forma de autonegociarem-se institucionalmente de Movimento Folclórico Brasileiro (MFB). Então, buscando atender às demandas do projeto das Ciências Sociais, eles tiveram que criar mecanismos teórico-metodológicos que fossem capazes de estruturar seus enunciados no almejo de formarem a disciplina folclórica e, por conseguinte, obterem um estatuto científico para este saber.

Foi nessa conjuntura de movimentação intelectual que emergiu o nosso sujeito de estudo: Veríssimo de Melo (1921-1996), natural da cidade de Natal, um intelectual que não fixou-se em espaços, mas transitou e desenvolveu projetos por onde percorreu, especialmente nos Estados do Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro e Pernambuco. Esse deslocamento custou-lhe laços políticos, atuações em instituições e, conseqüentemente, estabelecimentos de redes intelectuais.

Veríssimo, um intelectual em movimento

Sua trajetória acadêmica emergiu em terras cariocas, onde ingressou no Bacharelado em Direito na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro em 1942, mas logo transferiu-se para a Faculdade de Direito de Recife no ano seguinte. Não fixando-se na capital pernambucana, transitou constantemente entre esta e a cidade de Natal – onde residia sua família. Nesta, foi nomeado ao cargo de Chefe de Gabinete da Prefeitura de Natal pelo seu amigo pessoal e Prefeito Sylvio Pedroza² em 1947 – o qual, dentre os projetos realizados, a construção de uma Biblioteca Municipal marcou significativamente a sua participação na gestão. Nesses percursos, conheceu Noemi Noronha de Melo – mulher que casou em 1948 e acompanhou-o até o final de sua vida.

Durante o período de seu Bacharel em Recife, trabalhou na modalidade de jornalista no *Diário de Pernambuco* – um dos veículos de imprensa com maior dimensão de divulgação e circulação de ideias da região nordeste. Em 1948 teve uma coluna própria: *Notas de Folk-Lore*, que publicou as suas primeiras pesquisas sobre o folclore brasileiro. O Jornal, por sua vez, reconheceu o ofício desenvolvido por seu novo integrante e mencionou-o em uma separata os seus “interessantes trabalhos no campo do folclore de sua terra [...]”. No referente ano, concluiu o curso de Direito.

Nessa encruzilhada de fatores, encontrava-se Veríssimo: um sujeito em constante movimento em seus ofícios, mas que na segunda metade da década de 1940

² Sylvio Piza Pedroza (1918-1998) foi um político brasileiro. Foi Prefeito de Natal em 1946-1951 e Governador do Estado do Rio Grande do Norte em 1951-1956. Para mais informações, cf.: TORQUATO, Arthur Luis de Oliveira. **O plantador de cidades e a criação do espaço moderno**: a construção de uma Natal moderna na administração Sylvio Pedroza (1946-1950). Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2011.

aproximava-se gradualmente da pesquisa folclórica. Não sabemos, até o momento, os motivos que o levaram a trilhar os caminhos dessas discussões. Contudo, podemos apontar um deles: a sua aproximação com Luís da Câmara Cascudo³ – amigo pessoal e, na ocasião, companheiro de trabalho no universo folclórico. Essa nossa hipótese é fundamentada em uma de suas entrevistas. Em suas palavras:

Foi o velho Mestre Cascudo quem me envenenou. Ouvindo suas sábias lições, desde jovem, um dia ele me disse: “**Veríssimo, você pode fazer um bom trabalho na área do folclore infantil**”. **Deu-me a bibliografia fundamental e me orientou. E comecei a tarefa que durou mais de quarenta anos.** Fiz amigos por toda parte e estou plenamente recompensado da luta. (GOMES, Danilo. “Estou citado num rótulo de garrafa de cachaça”. Brasília: **Letras**, 17 de fevereiro de 1991, grifos nossos. Acervo pessoal).

A *orientação* de Cascudo a Veríssimo nos possibilita duas reflexões: o indício de um protagonismo do último na área do folclore infantil – uma vertente que, até então, era pouca explorada pelo MFB; e o estabelecimento de uma relação de saber e poder entre os dois intelectuais, pois à medida que Cascudo orientava, ele também escolhia um caminho a ser traçado por Veríssimo. O primeiro, na ocasião, já era consagrado como um dos maiores pesquisadores de folclore de sua geração e responsável pela obra mais extensa existente na área. (VILHENA, 1977, p. 77). Assim sendo, não foi em vão que Veríssimo levou consigo a orientação do Mestre.

Em 1948, Veríssimo publicou seus dois primeiros livros de caráter folclórico: *Adivinhas e Acalantos*, onde mapeou os costumes infantis de Natal e comparou-os com outros espaços, percebendo variantes e divergências. Através destas obras, Veríssimo lançou-se ao MFB, contribuindo na fomentação do saber, através de uma tessitura folclórica infantil. Consequentemente, obteve notoriedade entre a comunidade intelectual brasileira, sendo convidado a participar por algumas instituições em lugares de destaque.

O Movimento Folclórico Brasileiro

³ Luís da Câmara Cascudo (1898-1986) foi jornalista, advogado, intelectual do folclore e historiador. Para mais informações, cf.: SALES NETO, Francisco Firmino. **Antes da noite**: história, memória e escrita de si por Luís da Câmara Cascudo (Natal, 1898-1986). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2013.

Numa tradição de estudos folclóricos que vinha desenvolvendo-se desde o final do século XIX, promovendo discussões em torno da brasilidade, identidade nacional e formação do pensamento social brasileiro, os diálogos entre os intelectuais vieram a estreitar-se na virada dos anos 1930 para 1940, quando passaram a formar *redes de sociabilidades* e, posteriormente, *campos/ instituições*.

As *redes*, para Sirinelli (2003, p. 248) são compostas por intelectuais que têm não somente afinidades ideológicas em comum, mas também afetivas que fundamentam a convivência entre si. Os seus atores, em sua maioria, são amigos que ao compactuarem com os diálogos desenvolvidos, estabelecem planos de trabalhos e, seguidamente, de regras e estatutos, formalizando seus laços através de *campos/ instituições*. Nestes, para Bourdieu (2004b, p. 20), seus integrantes já participantes, criam e difundem regras e leis entre si. Assim, uma hierarquia é oficializada em cargos: presidente, coordenadores, secretários. Todavia, nem sempre um campo/ instituição é formada nessa sequência, podendo ocorrer através de um único sujeito.

Nas experiências de *redes e instituições* folclóricas no Brasil, Vilhena (1997) constatou que Amadeu Amaral foi um dos percursores ao criar a Sociedade de Etnografia e Folclore (SEF), antes denominada Clube de Etnografia – primeira comunidade de folcloristas. Com seu falecimento, Mário de Andrade foi escolhido para ser o novo presidente. Em 1937, a SEF recebeu um caráter mais oficial com seus estatutos aprovados. Arthur Ramos e a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia (SBAE) fundada em 1941 e o Instituto Brasileiro de Folclore (IBF) por Basílio Magalhães desde 1942 também foram outras experiências nessa conjuntura.

Para nossa pesquisa, analisamos duas instituições: a Sociedade Brasileira de Folclore (SBF), fundada por Luís da Câmara Cascudo, e a Comissão Nacional de Folclore (CNF), fundada por Renato Almeida – instituições que nosso sujeito de estudo foi filiado e exerceu cargo de secretário de forma paralela.

A Sociedade Brasileira de Folclore

No dia 30 de abril de 1941, na cidade de Natal, Cascudo fundou em sua casa uma instituição intelectual: a Sociedade Brasileira de Folclore. O seu objetivo central foi

de pesquisar, estudar e sistematizar o folclore local e nacional, recolhendo e analisando todas as manifestações da ciência popular, relacionadas com essa disciplina. (ESTATUTOS, 1942. p. 3). Assumindo a posição de fundador e presidente, convidou intelectuais e atores políticos da cidade, do Estado, do país e do exterior para integralizarem a instituição, o que totalizou a filiação de 120 membros – sendo destes 40 brasileiros e 80 estrangeiros.

Na modalidade de presidente do campo institucional em formação, investiu o seu capital intelectual – isto é, o acúmulo de estudos e pesquisas que já vinha desenvolvendo, bem como a notoriedade que tinha entre seus pares e na sociedade – e manteve-se na posição de definir cargos para as pessoas que lhes eram próximas, papéis para os membros, regras e orientações para todos, apontando os rumos que a instituição exerceria. Assim, Cascudo operava seu poder institucional, pois instaurava cargos e nomeava os atores às suas respectivas posições. (BOURDIEU, 2004b, p. 35).

O corpo administrativo foi definido por: um Presidente, Cascudo; a Comissão de Coordenação e Pesquisa, chefiada por Luiz Tavares de Lira; Comissão de Revista e Divulgação, por Eloy de Souza; Comissão de Orçamento e Patrimônio, por Antônio Gomes da Rocha Fagundes; Manuel Rodrigues de Melo e Aluizio Alves enquanto secretários. Por volta de 1948, Veríssimo passou a assumir a posição de secretário na instituição, substituindo Aluizio.

Com os cargos definidos, Cascudo orientou aos seus membros a metodologia a ser adotada na pesquisa folclórica. Essa orientação foi a público através da divulgação dos Estatutos (1942). Vejamos alguns trechos:

É preferível, inicialmente, a monografia, ilustrada com fotografias e músicas, sempre que o assunto comportar.

[...] Mesmo não publicando a procedência da informação, é aconselhável ao autor anotar a data, local e nome do formador, guardando o original. **Destina-se se essa sugestão às possibilidades de estudar variantes e deformações de um costume ou de um mito**, no mesmo ponto ou noutra região, sabendo-se a data em que a nota inicial fora registrada.

A virtude máxima do folclorista é a fidelidade. Não admitir a colaboração espontânea, inconsciente e poderosa da própria imaginação no material obtido. Não terminar as frases registradas. Fixar talqualmente ouviu. Pode ser que o “regionalismo” seja apenas um arcaísmo legítimo. Pode ser que o hábito julgado exótico reflita a sobrevivência secular.

O trabalho inicial do folclorista é o de um fotógrafo sem o recurso dos retoques. (ESTATUTOS, 1942, p. 7, grifos nossos).

Esses trechos dos Estatutos da SBF brevemente apresentados aqui, retratam, de certo modo, a operacionalização realizada por Veríssimo nos seus primeiros passos de intelectual do folclore: ilustrações em seus livros; a sua recorrência às variantes de expressões culturais acontecidas em outros espaços, estabelecendo a cidade de Natal como eixo central de análise; a busca por uma fidelidade nos transcritos de suas entrevistas.

O rastreio por uma *fidelidade* na pesquisa folclórica que resultasse em informações supostamente neutras e objetivas foi fundamentado no paradigma científico dito positivista que, nos jogos de institucionalização científica das Ciências Humanas, exercia suas regras. Segundo Fortunato (2001, p. 23), foi um modelo que em razões de método, queria ser objetivo, friamente analítico, politicamente neutro, encobrendo sua ideologia pela objetividade. Destarte, além de perceberem neste um viés de interpretação (ORTIZ, s/d, p. 6) para as suas pesquisas, a SBF também o viu como um meio de obter o estatuto de cientificidade que o saber folclórico precisava para ter um *espaço* nas academias brasileiras⁴.

Na perspectiva teórica adotada, Cascudo também em nome da SBF interpretou as expressões culturais dos sujeitos através de um viés universal dos povos, isto é, os hábitos que correlacionavam entre os povos brasileiro, latino-americano, europeu. Para Gonçalves (2009, p. 179), embora Cascudo reconhecesse a especificidade que as formas do folclore e das culturas populares assumem no contexto brasileiro, ele as entendia como parte de um processo de criação e difusão universal, próprio da humanidade como um todo, e não um processo essencialmente brasileiro. De forma similar, Veríssimo também assinalou o saber folclórico como resultante de um processo universal.

A Comissão Nacional de Folclore

⁴ Para mais informações sobre a fundação e diretrizes da SBF, cf.: BARROS, Ewerton Wirlley Silva. **Nos enredos do folclore**: Luís da Câmara Cascudo no Movimento Folclórico Brasileiro (1939-1963). Monografia (História) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2018.

Fundada em 1947 por Renato Almeida⁵, como ramificação do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC), a criação da Comissão Nacional de Folclore (CNF) atendia a dois projetos maiores em termos de hierarquia institucional: a promulgação do Estado Novo, especificamente, do discurso nacionalista varguista; e ao decreto da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) no pós-guerra de 1945, que solicitava aos países que criassem órgãos que embasassem suas culturas.

Na conjuntura nacional da década de 1940, o regime político instaurado foi o Estado Novo de Getúlio Vargas. Na pretensão de permanecer no cargo presidencial, Vargas utilizou-se de *políticas culturais* – órgão que consistiu na difusão de discursos nacionalistas no almejo de buscar apoio da sociedade brasileira. (GOMES, 1996). Assim, percebeu no folclore como uma ferramenta dessa difusão e estabeleceu diálogos com alguns intelectuais, colocando-os em cargos de destaques. Almeida foi um desses atores que, na ocasião, exerceu a função de escriturário do Ministério das Relações Exteriores, ao tempo que desenvolvia pesquisas folclóricas. Essa prática de Vargas não foi um acontecimento isolado no Brasil, mas consequente do avanço de regimes autoritários pelo mundo, que também utilizavam-se do saber folclórico como uma ferramenta de difusões de suas ideias – a saber, Salazar em Portugal e Mussolini na Itália.

Mas adiante, em 1945, já em um cenário de pós-guerra, a UNESCO objetivando aniquilar os quadros recentes de barbaridades através de uma educação de conciliação cultural, solicitou aos países que criassem comissões para tais finalidades. O Brasil, nesse contexto, tinha maior notoriedade sobre os demais, tendo em vista o seu histórico de relações étnico-raciais manipuladas por uma aparente imagem *positiva* de *democracia racial*. (MAIO, 1999). Buscando atender a demanda, intelectuais brasileiros levaram adiante o projeto UNESCO. Os que desenvolviam pesquisas sobre o folclore viram o momento oportuno para tentar regulamentar seus ofícios.

Dessa forma, no ano de 1946 foi criada uma comissão no Brasil, nomeada de Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) e vinculada ao Ministério das Relações Exteriores. Almeida, que já trabalhava neste Ministério, sugeriu a formação

⁵ Renato Almeida (1895-1981) foi advogado, jornalista, escriturário do Ministério das Relações Exteriores e intelectual do folclore. Para mais informações, cf.: MARIZ, Vasco. **Três musicólogos brasileiros**: Mário de Andrade, Renato Almeida, Luiz Heitor Correa de Azevedo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

de mais uma instituição intelectual de estudos folclóricos: a Comissão Nacional de Folclore – o que sucedeu-se o seu funcionamento a partir de meados de 1947. O objetivo central foi de “promover e incentivar os estudos folclóricos e representar, como entidade brasileira, as instituições e os folcloristas brasileiros, nas suas relações com o estrangeiro, desenvolvendo o intercâmbio com centros de estudos e pesquisas folclóricas de outros países”. (BARROS, 2018, pp. 54-55).

A formação da CNF, a princípio, foi de intelectuais pertencentes ao IBECC. Na ocasião, Professor Edgar Roquette Pinto, Deputado Gilberto Freyre, Maestro Heitor Villa Lobos, Maestro Oscar Lorenço Fernandez, Gustavo Barroso, Heloísa Alberto Torres e Professor Luis Heitor Correa de Azevedo. Mais adiante, Almeida convidou outros intelectuais para a composição da CNF: Basílio de Magalhães, Luís da Câmara Cascudo, Lindolfo Gomes, Cecília Meireles, Joaquim Ribeiro, Oneyda Alvarenga, Mariza Lira e Ministro Bernardino de Souza.

Com a instituição formada, o plano de trabalhos foi dividido em: mapeamento dos intelectuais do folclore e suas pesquisas; averiguação das instituições que guardavam coleções/ objetos folclóricos; levantamento da bibliografia brasileira sobre o folclore; reedição de obras clássicas brasileiras sobre folclore; organização de manuais de pesquisa folclórica; estudo do problema da unificação da terminologia folclórica no Brasil; organização de um calendário folclórico brasileiro; realização de cursos, conferências e festivais folclóricos, com a demonstração de festas tradicionais; tradução de obras gerais de metodologia folclórica. Ainda no plano de trabalhos, a Comissão tinha como interesse a sua ampliação para todo o país, isto é, a criação de subcomissões em todo território nacional – o que aconteceu ainda no início de sua consolidação intelectual⁶.

No decorrer de sua expansão institucional, no Estado do Rio Grande do Norte, por exemplo, a Sociedade Brasileira de Folclore já desenvolvia atividades. Mesmo assim, Almeida convidou Cascudo e a SBF para filiarem-se à CNF na criação de uma subcomissão em RN, no que recusam. Com esta negativa, Almeida não recuou na ideia de fundar uma subcomissão norte-rio-grandense e acabou implantando em 1948, com a

⁶ Para mais informações sobre o plano de trabalhos desenvolvido pela CNF, cf.: As finalidades da Comissão Nacional de Folclore: organização, diretivas e programa da novel instituição. **O Dia**: Curitiba, 14 de fevereiro de 1948. CNFCP.

parceria de Manuel Rodrigues de Melo na função de secretário geral, Veríssimo de Melo, Oswaldo Lamartine e Hélio Galvão na posição de membros.

Com essa implantação, os quatro atores apresentados também desenvolviam atividades na SBF. Vale ressaltar que, enquanto a CNF tinha como objetivo central de metodologia folclórica a análise de expressões estritamente brasileiras, a última tinha uma perspectiva universal. Logo, é nos evidenciado uma tensão de poder institucional entre os dois campos no Estado do RN, além de seus participantes entrarem em conflitos metodológicos nas suas pesquisas.

Veríssimo, por sua vez, transitou entre as duas instituições e mais adiante, em 1951, fundou um novo grupo intelectual: o Club Internacional de Folclore, no que estabeleceu diálogos estrangeiros, sobretudo, luso-brasileiros – que será tema de análise em nossos próximos artigos. Nesse entrecruzamento de redes institucionais, Veríssimo continuou suas pesquisas e publicou-as a maioria em formatos de livros. As três instituições que fez parte foram mencionadas pelo autor em agradecimentos e dedicatórias de suas obras.

Em busca da institucionalização científico-acadêmica

Se por um lado, o saber folclórico *movimentava* o meio intelectual, formando redes de sociabilidades e instituições, assim como apoios e conchaves políticos, na esfera acadêmica encontrava-se numa trincheira: não conseguia avançar na obtenção do estatuto de cientificidade, por não possuir ainda um escopo teórico-metodológico próprio de investigação, por mais que baseassem-se no paradigma dito positivista.

Nesse entrave, Veríssimo de Melo, logo no início dos anos 1960, foi convidado pelo Reitor Onofre Lopes da Universidade do Rio Grande do Norte (URN) a integralizar o corpo docente da instituição. Participando desse novo espaço, fez parte do Departamento de Ciências Sociais e ministrou cursos e disciplinas na instituição, bem como por outras universidades na região nordeste. Não obstante, ao lado de Onofre Lopes, Luís da Câmara Cascudo, José Nunes Cabral de Carvalho e Dom Nivaldo Monte, atuou na criação e fundação de um Instituto de Antropologia, atualmente Museu Câmara Cascudo. (MELO, 2018, p. 36).

O lugar ocupado por Veríssimo na Universidade, como as suas relações intelectuais desenvolvidas e estabelecidas, cursos e disciplinas ministrados e, sobretudo, o vínculo do Instituto de Antropologia com a URN, também são objetos de análise no decorrer de nossa pesquisa de mestrado. Portanto, os próximos capítulos desta história serão apresentados em nossos próximos textos e, especificamente, na dissertação final.

Considerações finais

Veríssimo de Melo foi um intelectual que esteve em constante *movimento* dentro do próprio Movimento Folclórico Brasileiro, sendo convidado a participar de instituições e transitando entre elas, fortalecendo suas alianças intelectuais. Mesmo tendo sido *orientado* inicialmente por Cascudo nos estudos folclóricos infantis, não ficou submisso às orientações do Mestre – aspecto que memorialistas dos dois atores costumam apontar Veríssimo como “seguidor” e/ou “discípulo” de Cascudo⁷ –, mas exerceu autonomia em sua trajetória.

O intelectual do folclore, especificamente da região norte, como pincelamos brevemente de forma panorâmica, em sua ida ao povo, buscava neste apoio político, tendo em vista o declínio econômico que enfrentava, ao passo que no ato de entrevistar, recolhia e selecionava as expressões culturais que lhe convinha. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013ab). Assim, ele exercia o seu poder ao transformar a percepção do mundo ao seu modo, nomeando e definindo o que é relevante. (BOURDIEU, 2004a, p. 179). E se “a capacidade de criar é considerada como um atributo fundamental para o desenvolvimento científico” (MONTENEGRO, 2010, p. 28), o MFB enfrentou dificuldades no que diz respeito à criação de um escopo teórico-metodológico próprio do saber folclórico.

Por fim, vertentes da intelectualidade brasileira olhava com estranhamento o saber folclórico, por este ter sido utilizado como promulgador de ideias do regime varguista e de regimes autoritários pelo mundo. Essa reflexão é fundamentada através do historiador Edward Thompson (2012), ao ter apontado que o folclore outrora ter sido

⁷ Podemos ainda exemplificar o já citado artigo *Novo Colaborador* (1948) do Diário de Pernambuco, ao ter afirmado: “Ao lado de Oswaldo Lamartine e outros riograndenses do norte vem realizando interessantes trabalhos no campo do folclore de sua terra, seguindo assim o caminho do nosso conhecido Câmara Cascudo, de quem é um **bom discípulo**, segundo Gilberto Freyre”.

estudado pela intelectualidade inglesa, a ascensão do fascismo e de outros regimes autoritários a partir dos anos 1920 correlacionadas ao uso do folclore para sua fundamentação política-ideológica, fez com que a primeira retratasse o referido saber enquanto ideologia reacionária.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A feira dos mitos: a fabricação do folclore e da cultura popular (Nordeste 1920-1950)**. São Paulo: Intermeios, 2013a.

_____. **“O morto vestido para um ato inaugural”**: procedimentos e práticas dos estudos de folclore e de cultura popular. São Paulo: Intermeios, 2013b.

As finalidades da Comissão Nacional de Folclore: organização, diretivas e programa da novel instituição. **O Dia**: Curitiba, 14 de fevereiro de 1948. CNFCP.

BARROS, Ewerton Wirley Silva. **Nos enredos do folclore: Luís da Câmara Cascudo no Movimento Folclórico Brasileiro (1939-1963)**. Monografia (História) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. Tradução de Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. Revisão técnica de Paula Montero. São Paulo: Brasiliense, 2004a.

_____. **Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico**. Tradução de Denise Barbara Catani. São Paulo: Editora Unesp, 2004b.

CASCUDO, Luís da Câmara. Acta Diurna: Comissão Nacional de Folclore. **Diário de Natal**: Natal, 7 de janeiro de 1948. CNFCP.

ESTATUTOS da Sociedade Brasileira de Folk-Lore. 1. Ed. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1942.

FORTUNATO, Maria Lucinete. Construção do conhecimento: invenções e reinvenções de saberes. In: OLIVEIRA, Francisca Bezerra de; FORTUNATO, Maria Lucinete (Orgs.). **Ensaio**: construção do conhecimento, subjetividade e interdisciplinaridade. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2001, pp. 15-32.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 23 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013. (Leituras filosóficas).

GOMES, Ângela de Castro. **História e historiadores**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. Luis da Câmara Cascudo e o estudo das culturas populares no Brasil. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **Um enigma chamado Brasil: 29 intérpretes e um país.** São Paulo: Companhia das Letras, 2009, p.174-183.

MAIO, Marcos Chor. O projeto UNESCO e a agenda das ciências sociais no Brasil dos anos 40 e 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais:** São Paulo, vol. 14, n. 41, 1999, pp. 141-158.

MARIZ, Vasco. **Três musicólogos brasileiros:** Mário de Andrade, Renato Almeida, Luiz Heitor Correa de Azevedo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

MELO, Protásio Pinheiro de. **Vivi:** o homem que sabia viver. Natal: IFRN, 2018.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História, metodologia, memória.** 1. Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

ORTIZ, Renato. **Românticos e Folcloristas.** São Paulo: Edições Loyola, [s/d].

SALES NETO, Francisco Firmino. **Antes da noite:** história, memória e escrita de si por Luís da Câmara Cascudo (Natal, 1898-1986). Tese (Doutorado em História Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em História Social, Rio de Janeiro, 2013.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (Org.). **Por uma história política.** 2. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p.231-269.

THOMPSON, E. P. Folclore, Antropologia e história social. In: THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** Organizadores: Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. 2. Ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2012, pp. 227-267.

TORQUATO, Arthur Luis de Oliveira. **O plantador de cidades e a criação do espaço moderno:** a construção de uma Natal moderna na administração Sylvio Pedroza (1946-1950). Dissertação (Mestrado em História e Espaços) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-Graduação em História, Natal, 2011.

VILHENA, Luís Rodolfo. **Projeto e Missão:** o movimento folclórico brasileiro (1947-1964). Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.